

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e da Secretaria de Estado de Fazenda

Prestação de contas do Governo ano 2025 – 1º Ciclo

— 9/6/2025 — 14 horas



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e da Secretaria de Estado de Fazenda, entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2025, no âmbito do primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo de 2025

Reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Econômico
Comissões participantes:

- Comissão de Administração Pública
- Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
- Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte
- Comissão de Participação Popular

Presidente da reunião: deputado Leonídio Bouças

Data: 9/6/2025

Horário: 14 horas

Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

I – Apresentação

As Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Participação Popular e de Administração Pública receberam, em 9/6/2025, Silvia Caroline Listgarten Dias, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, e Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, secretário de Estado de Fazenda, que prestaram informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique [aqui](#) para assistir à reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Administração Pública: deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Sargento Rodrigues, João Magalhães, substituindo o deputado Charles Santos, e deputada Beatriz Cerqueira;

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: deputados Antonio Carlos Arantes, Leonídio Bouças, Ulysses Gomes, João Magalhães, substituindo o deputado Leonídio Bouças, Sargento Rodrigues, substituindo o deputado Antonio Carlos Arantes, e deputada Beatriz Cerqueira, substituindo o deputado Ulysses Gomes;

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte: deputada Carol Caram e deputado Sargento Rodrigues, substituindo o deputado Eduardo Azevedo;

Comissão de Participação Popular: deputados Ricardo Campos e João Magalhães, substituindo o deputado Neilando Pimenta;

Comissão de Desenvolvimento Econômico: deputados Leonídio Bouças, Antonio Carlos Arantes e Adalclever Lopes, substituindo o deputado Oscar Teixeira.

Poder Executivo: Silvia Caroline Listgarten Dias, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, e Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, secretário de Estado de Fazenda.

Demais presenças: deputado Gustavo Valadares.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

1) Intendência da Cidade Administrativa: presta atendimento à Cidade Administrativa.

2) Subsecretaria de Gestão e Finanças: atua como área-meio da Seplag.

3) Subsecretaria de Logística e Patrimônio

Está sendo realizada a transição da frota para abastecimento exclusivamente com etanol (42 postos próprios passaram a ofertar exclusivamente etanol em 2025, dos quais 11 ficam na Região Metropolitana de Belo Horizonte e 31 no interior).

Frente de imóveis para o Propag – Tem sido feita a gestão para a regularização dos imóveis, para o cumprimento dos requisitos federais até 31/10/2025 – Lista preliminar de 343 imóveis, dos quais 242 são do Estado e 71 de estatais.

4) Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Entrega de instrumentos de planejamento orçamentário:

- Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 (maio de 2025)
- Capacitação de 350 agentes públicos que atuam diretamente com o monitoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG;
- Balanço social de 2024;
- Adoção da metodologia do Orçamento Base Zero desde 2020;
- Desenvolvimento do sistema Portal de Planejamento e Orçamento MG: melhorias na usabilidade.

5) Subsecretaria de Compras Públicas

- 18,3 bilhões em compras (segunda maior despesa, após a despesa com pessoal, mais de 5 mil bens e serviços distintos);
- Planejamento Anual de Compras, com a adesão de 51 órgãos e entidades;
- Implementação do novo marco legal de compras (Lei Federal nº 14.133, de 2021) (planejamento, governança e processos eletrônicos).

6) Subsecretaria de Gestão de Pessoas

- Transforma Minas: 472 lideranças selecionadas e nomeadas; 411 participantes do programa de desenvolvimento de lideranças;
- Capacitação de Desenvolvimento: 4.357 servidores capacitados;

- Concursos públicos – mais de 16.000 vagas para áreas como educação, saúde e segurança pública (Edital nº 1/2025);
- Nomeações para carreiras: Sejusp, IMA, Unimontes, Uemg, SEE, Ipsemg, Hemominas, Fhemig e Seplag.

7) Escritório Central de Inovação e Automação

- Realização de projetos inovadores para resolução de desafios de governo e melhoria dos serviços públicos com foco no usuário e no desenvolvimento de capacidades em inovação para os servidores: 9 projetos concluídos, como a revisão em linguagem simples de normas e manuais, e 11 ações de disseminação realizadas;
- Automação de processos de inteligência artificial e outras tecnologias para otimização do trabalho – 8 projetos concluídos, entre os quais o processamento da compensação previdenciária (Ipsemg) e 15 soluções automatizadas criadas.

8) Subsecretaria de Gestão Estratégica e de Reparação

- **Brumadinho:**
 - Ordem de início de novos 21 projetos do Acordo para os 26 municípios atingidos, entre mais de 160 projetos;
 - Repasse de 238 milhões às prefeituras para obras estruturantes (pavimentações, construção e reforma de unidades de saúde, casas populares, prevenção a enchentes, terminal rodoviário, melhorias em estádio e custeio de profissionais de saúde e assistência);
 - Três projetos já concluídos (de 13), envolvendo a compra de equipamentos para recuperação de estradas vicinais nos Municípios de Pompéu e Morada Nova de Minas e a construção da estrutura de drenagem e manejo das águas pluviais no Município de Florestal;
 - Conclusão da pavimentação da MG-060, do trecho entre Papagaios e Pompéu;
 - Iniciativas de consulta popular: 20 projetos iniciados em 25 comunidades, de 10 municípios concluídos; outros 13 projetos contemplando 21 comunidades, de 6 municípios, estão em detalhamento.
 - Iniciativas de mobilidade e fortalecimento dos serviços públicos:
 - 37 trechos rodoviários com obras concluídas até maio de 2025 e outros 11 trechos com obras ou projetos de engenharia em execução;
 - R\$1,3 bilhão do Anexo IV do Acordo (Fortalecimento dos Serviços Públicos) investidos em iniciativas de saúde;

- Reestruturação das 17 unidades descentralizadas do IMA.

- **Rio Doce**

- Criação do Comitê Estadual de Minas Gerais para monitorar as obrigações de fazer da Samarco, composto pelo governo, Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal e Defensoria Pública do Estado;
- Estruturação do Comitê Orientador do Anexo de Saneamento para definir a aplicação dos R\$7,5 bilhões previstos para universalização do saneamento na Bacia do Rio Doce;
- Instituição da governança do Anexo de Saúde com a União, o Espírito Santo e municípios atingidos;
- Realização de agendas em Mariana sobre os reassentados;
- Formalização do instrumento de governança, entre Seplag, Seapa e BDMG;
- Início do processo para duplicação da BR-356 e melhorias em trechos das MG-262 e MG-329, com aproximadamente R\$2 bilhões de recursos do Acordo.

9) Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET

- Liberação de 739 policiais da equipe de atividades administrativas e atendimento de trânsito, digitalização e melhoria dos processos de registro de veículos, habilitação e infrações, incorporação dos serviços pelas Unidades de Atendimento Integrado – UAIs;
- Implantação da transferência digital em todo o Estado;
- Implantação do agendamento *online* em todo o Estado para exames médicos e psicológicos;
- Acesso *online* às cópias de processos de infrações, suspensão ou cassação de CNH;
- Envio digital de defesa prévia e recursos de suspensão da CNH;
- 3.730.871 vistorias distribuídas para as empresas credenciadas de vistoria – ECV – até maio de 2025;
- 1.709 ECVs em operação no Estado.

10) Subsecretaria de Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão

- 56 UAIs em funcionamento no Estado;
- Prevista a inauguração de 2 novas UAIs no modelo PPP e planejamento para a abertura de 30 novas UAIs no modelo UAI Compartilha nos próximos dois anos;
- Expansão da oferta de emissões de carteira de identidade nacional nas UAIs;

- Programa Alô Minas! Fase I: 150 antenas implantadas até 2024; Fase II: 41 novas localidades até 2026;
- Índice de transformação digital – 82,41% (exemplos: transferência digital de veículos e boletim escolar no aplicativo e chamada de emergências por *chat*);
- Solução de Gestão de Processos Digitais (ProBPMS): receberá prêmio internacional da Secretaria-Geral Ibero-Americana de Inovação Pública por digitalizar 30 serviços.

Secretaria de Estado de Fazenda

- O secretário explicou que entre 2018 a 2025 houve melhoria nos resultados fiscais do Estado, mas a receita tributária não conseguiu ultrapassar a despesa de pessoal, o que é uma preocupação;
- O Estado tem conseguido entregar resultado primário – ver apresentação da SEF;
- Houve crescimento na RCL acima do crescimento da despesa – ver apresentação da SEF;
- Houve redução do percentual da despesa com pessoal em relação à RCL – ver apresentação da SEF;
- Índice de educação – houve pagamento de todas as despesas relativas à educação;
- Índice de saúde – a secretaria conseguiu atender a esse índice;
- O estoque de Restos a Pagar foi reduzido – o Estado tem virado o ano com menos obrigações, pois tem pago as despesas em seu ano corrente (um indicador de saúde financeira) – ver apresentação da SEF;
- Dívida Consolidada Líquida – tem sido contida;
- Perfil da Dívida Pública – Estoque: R\$191.318.491.821, dos quais R\$174 bilhões representam dívidas com a União.

1) Regime de Recuperação Fiscal – RRF – e Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag

RRF – possibilitou a suspensão do pagamento da dívida no primeiro ano e a redução das parcelas pagas desde outubro de 2024. Há expectativa de adesão ao Propag em 2025.

Propag – revisão dos termos da dívida com a União – é a solução para o futuro fiscal sustentável no Estado – a meta é atingir os 20 % de amortização inicial;

Pressupõe amortização pela transferência e cessão de ativos;

Revisão dos termos da dívida com juros reais de 0 a 2%, com até 30 anos para pagamento;

Proposto um teto de gastos pelo controle do crescimento das despesas primárias;

Prazo para adesão até 31/12/2025.

Os estados podem fazer adesão ao Propag, mesmo não tendo dívidas com a União, pois assim terão acesso a recursos do Fundo de Equalização Fiscal – FEF. Porém, essa adesão implica se submeter a um teto de gastos. Por isso nem todos os estados farão essa opção.

Estados em situação de calamidade têm um regime de excepcionalidade.

A obtenção de juros reduzidos depende do percentual de amortização, percentual de investimentos e percentual de aportes no FEF – Minas Gerais deverá ter o menor custo financeiro em sua dívida, adotando a amortização de 20% do saldo devedor, 1% anual de investimentos e 1% anual de aporte ao FEF.

Minas tem uma série de ativos que podem ser utilizados como bens imóveis e móveis, créditos com o setor privado e com a União, dívida ativa, receitas de ativos públicos, compensações financeiras, entre outros.

O processo de adesão de Minas terá um avanço em novembro, quando todas as condições estarão prontas.

A opção do Propag pela amortização de 20% do saldo devedor, mais 1% anual de investimentos e mais 1% anual de aporte ao FEF resultará, em 30 anos, em um valor positivo de mais de R\$200 bilhões de reais, em relação ao RRF, o que permitirá mais investimentos e mais arrecadação.

2) Arrecadação

O principal item da arrecadação tributária é o ICMS (89,6%), seguido do IPVA, do ITCD e de demais taxas;

A carga tributária efetiva caiu entre 2015 a 2024 e se mantém na ordem de 6,3 a 7%. Redução da carga tributária média é fruto da gestão tributária;

Arrecadação entre 2024 e 2025: houve crescimento de 10% em valores nominais (ICMS e IPVA);

Minas Gerais teve o maior crescimento da receita tributária em comparação com os maiores estados, devido à diversidade de sua indústria;

A atração de investimentos diversos ocorre devido à gestão tributária. Mais de 263 mil empregos foram gerados entre 2024 e 2025;

As reuniões com investidores é também essencial para a atração de investimentos, o que gera segurança jurídica;

Existem diversos protocolos de intenções assinados e publicados em 2024, com investimentos que podem trazer produção para Minas;

Avaliação da gestão tributária por meio de modelos econométricos – Pesquisa encomendada ao Ipead-UFMG fez uma análise econométrica no período 2018 a 2024 e concluiu que todos os

segmentos incentivados contribuíram para o crescimento acima do PIB e atração de emprego e renda para o Estado.

3) Renúncias fiscais

A renúncia nominal está crescendo proporcionalmente à receita das empresas e ao crescimento do PIB mineiro. Não existem novos incentivos sendo concedidos. Porém, estudos demonstram que o crescimento das empresas que tiveram incentivos e renúncias fiscais foi de 151%, no período 2018 a 2024, em comparação com o crescimento de 40% das empresas não incentivadas.

4) Aspectos da administração tributária

Controle Fiscal e Combate à Sonegação: Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos – Cira – recuperação de 12 bilhões de reais em ativos para o caixa do Estado;

Divisa Tributária Segura – Não há mais postos físicos de fiscalização. O tamanho da divisa a torna impossível de se cobrir fisicamente. Então utilizam-se câmaras de filmagem e o cruzamento das imagens das placas com as notas das mercadorias (soluções geoespaciais, rastreamento e controle eletrônico);

Autorreg – Módulo de autorregulação. O contribuinte poderá acompanhar e regularizar seus débitos, antes de ser lavrado o auto de infração;

Ações de Recuperação de Ativos – Minas é um dos estados mais eficientes em cobrança administrativa. Auto índice de recuperação;

Redução de tempo de atendimento: e-ITCD – diminuiu o tempo médio de revisão e cobrança de ITCD de 37 dias para 13 dias; novo portal de atendimento da SEF – unificação do atendimento em um canal digital, controle de cada etapa do processo, uso de inteligência artificial para o atendimento de primeiro nível, aumento de produtividade;

A SEF participou ativamente na discussão da reforma tributária, relativa ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS (cerca de 100 representantes de Minas Gerais participam de grupos de trabalho para o aperfeiçoamento da reforma tributária).

Posicionamentos dos deputados

O deputado Ricardo Campos questionou o nível baixo de execução do orçamento de participação popular (apenas 0,012% do orçamento é destinado ao processo participativo do PPAG); mencionou a distorção econômica advinda dos benefícios do IPVA destinado às locadoras; referiu-se à necessidade de perdão de dívidas dos hospitais filantrópicos; questionou o descumprimento, por meio de portaria editada pela CET, das alterações recentes à Lei do IPVA (Lei nº 25.070, de 2024 – pagamento no ato da fiscalização); solicitou a revisão do ICMS da venda de gado de 18%, que é muito acima do imposto cobrado nos estados vizinhos, o mesmo valendo para os laticínios.

Em resposta, o secretário de Fazenda informou que o incentivo com redução do IPVA às frotas das locadoras de veículos não foi criado no atual governo, tendo vigorado em diversos governos, que vários estados concedem essa redução de alíquota e que qualquer mudança traria prejuízo enorme para Minas Gerais, pois várias empresas estão sediadas em Minas e atendem todo o Brasil. Essas empresas podem mudar sua sede para estados mais atrativos, segundo ele, e, além disso, o governo depende de convênio do Confaz para operacionalizar o benefício aos hospitais filantrópicos.

Por sua vez, a secretária de Planejamento e Gestão respondeu que o governo está ciente da relevância da discussão participativa e se empenha na execução orçamentária dessa participação; que a atuação da CET é um trabalho desafiador de modernização, digitalização e realocação de policiais para suas atividades precípuas, na Polícia Civil; que busca uma política mais capilarizada nos municípios; que, com relação à Portaria nº 123, 2023, da CET, entendeu-se que a compensação do pagamento no momento da atuação pode trazer alguns transtornos; e que alternativas tecnológicas para que essa compensação seja feita de modo imediato serão buscadas.

O deputado Sargento Rodrigues reforçou a necessidade de suspensão da Portaria da CET, referida pelo parlamentar anterior; questionou a falta de cumprimento da Lei nº 24.260, de 2022, em relação à comunicação à FFO sobre o IPCA aplicável à revisão da remuneração dos servidores e a realização da revisão dos exercícios de 2022, 2023 e 2024.

Em resposta, o secretário de Fazenda informou que a resposta foi construída pelos técnicos da SEF e da AGE; que não há condições de o Estado realizar o reajuste nesses valores atualmente, embora alguns benefícios tenham sido concedidos; e que, tendo em vista que o Estado aderiu ao RRF, ele não tem capacidade atualmente para pagar esses percentuais.

O deputado Antonio Carlos Arantes indagou sobre o posicionamento da SEF em relação aos incentivos fiscais no setor da avicultura, ressaltando a importância econômica do setor, e questionou as discussões a respeito da distorção na cobrança do imposto sobre a compra de cargas de açúcar.

Em resposta, o secretário de Fazenda informou que foram encontradas algumas irregularidades na concessão dos créditos em benefícios anteriores à constitucionalização dos créditos tributários, o que fez com que os estados perdessem margem de manobra para fazer a gestão dos incentivos; que soluções estão sendo buscadas em conjunto com a Avimig, observando-se os critérios permitidos pelo Confaz; e que, quanto à tributação do açúcar, foi aprovada uma lei que anistiou dívidas do passado e estão fazendo a correção da distorção tributária que penaliza a etapa de ensacamento do açúcar.

A deputada Carol Caram questionou se os dividendos da Cemig poderiam ser utilizados para o pagamento da dívida com a União no regime do Propag e sobre quais seriam as políticas do Estado a respeito da defesa do consumidor e da promoção do desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha e Mucuri; e convidou os secretários a construírem em conjunto uma emenda à Constituição para alterar a possibilidade de desconto automático da folha de pagamento de servidores em caso de

empréstimos consignados, para um maior controle dos servidores, além de solicitar o detalhamento do cronograma de pagamento das verbas retidas referentes à remuneração ou a indenizações dos servidores públicos do Estado, a especificação dos valores pendentes, os motivos que justificaram tais retenções e as medidas adotadas para sua regularização.

Em resposta, a secretária de Planejamento e Gestão informou que, em relação à PEC de descontos do crédito consignado, sua regulamentação é um desafio que está na pauta do dia, tendo se colocado à disposição para esse debate; que, em relação às verbas retidas, a secretaria se comprometeu a enviar a resposta posteriormente, pois o conceito de verbas retidas engloba muitas questões, como as férias-prêmio de servidores; que há um esforço de levantar quais são, categorizar e regularizar os passivos; que há uma dificuldade real de caixa e um compromisso de austeridade; que priorizar o que vai ser pago é um desafio; e que há verbas retidas da ordem de R\$ 550 milhões.

Por sua vez, o secretário de Fazenda respondeu que a possibilidade de se utilizar o lucro das empresas para amortizar a dívida é uma questão complexa; que não há uma resposta, pois ainda não se chegou a esse nível de discussão com o governo federal; que, em relação à defesa do consumidor, houve algumas ações, como a reabertura da Cofins, a regularização tributária e tratativas com a OAB para o treinamento de advogados para auxiliar os hipossuficientes em abertura de processos; que, com relação à política de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, existem estímulos maiores do que em outras regiões, mas ainda assim insuficientes.

O deputado Ulysses Gomes questionou sobre a cobrança do ITCD na transferência de titularidade da permissão de táxis, também sobre a consideração feita pelo vice-governador a respeito da suposta não adesão ao Propag, para a hipótese de 10% de amortização; por fim, questionou sobre qual seria o saldo bancário do governo mineiro.

O secretário de Fazenda respondeu que houve reclamações dos taxistas em relação à isenção do ITCD, que está no auge da demanda, o que gera algum atraso, mas que estão sendo desenvolvidas tecnologias para a tramitação automática dessas concessões, o que não gerará mais atrasos no próximo ano; que, quanto à opção de entrada no Propag, a opção de 10% de amortização seria mais onerosa no curto prazo; que, com relação à divulgação do saldo bancário do Tesouro Estadual, desde 2015, o saldo é classificado como ultrassecreto, pois se entende que não é uma informação válida, se não acompanhada do montante dos compromissos a pagar; e que o saldo bancário não tem significado de maneira isolada e que ele não tem uso público e social (R\$37 bilhões é o valor contábil da totalidade dos saldos que existem nas diversas contas).

IV – Compromissos

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Compromissos e posicionamentos do Executivo

Elaboração e envio de cronograma de pagamento das verbas retidas referentes à remuneração ou indenizações dos servidores públicos do Estado, à especificação dos valores pendentes, aos motivos que justificaram tais retenções e às medidas adotadas para sua regularização.

Secretaria de Estado de Fazenda

Compromissos e posicionamentos do Executivo

Automatização da resposta a pedido de emissão de nota fiscal avulsa para o caso de taxista, com previsão de solução para o próximo exercício.

IV – Encaminhamentos parlamentares

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

Não houve requerimentos.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2025.

Deputado Leonídio Bouças

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico